

Ata final da XXIV Reunião
do Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná
(Porto de Cáceres - Porto de Nova Palmira)

República Federativa do Brasil, Cuiabá, 3 e 4 de julho de 1997

I. O Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná (Porto de Cáceres - Porto de Nova Palmira) reuniu-se na cidade de Cuiabá, República Federativa do Brasil, nos dias 3 e 4 de julho de 1997. A lista das Delegações dos países membros, dos representantes dos organismos presentes e dos membros da Secretaria Executiva encontra-se como Anexo I da presente ata.

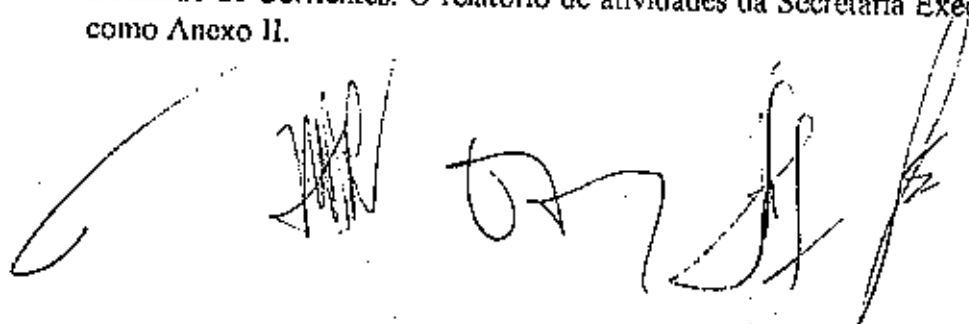
II. A cerimônia de abertura foi presidida pelo Senhor Governador do Estado de Mato Grosso, Doutor Dante de Oliveira que deu as boas-vindas às Delegações e demais autoridades presentes.

III. As autoridades da XXIV Reunião do CIH foram constituídas da seguinte maneira: Presidente, Embaixador Luiz Augusto de Castro Neves, da Delegação do Brasil, Vice-Presidente, Engenheiro Jorge Sanguinetti, da Delegação do Uruguai, e Relator, Primeiro-Secretário Lineu Pupo De Paula, da Delegação do Brasil.

A agenda da Reunião foi aprovada nos seguintes termos:

1. Informe das atividades da Secretaria Executiva
2. Análise das propostas a serem apresentadas na Reunião de Chanceleres sobre a Hidrovia;
3. Informe do Grupo Assessor Naval;
4. Informe dos Grupos Técnicos;
5. Informe da Comissão Especial;
6. Informe das Delegações da Argentina e do Paraguai sobre a dragagem de manutenção de Santa Fé (Argentina) até Assunção (Paraguai) no âmbito dos estudos encomendados pelo CIH;
7. Análise das propostas apresentadas pelos países sobre os melhoramentos da Infra-estrutura das Vias Navegáveis;
8. Tratamento do documento produzido durante o "I Taller Indígena" (Corrientes, 3 e 4 de abril de 1997).

IV. Passando ao tratamento do ponto primeiro da Agenda, o Secretário Executivo agradeceu a hospitalidade do Governo de Mato Grosso pela recepção oferecida às delegações visitantes e relatou de forma sucinta as tarefas realizadas pela Secretaria desde a reunião de Corrientes. O relatório de atividades da Secretaria Executiva foi incorporado como Anexo II.



V. Sobre o item 2 da agenda, foi constituída Comissão de Redação para elaborar as propostas a serem encaminhadas ao Chanceleres, cujas versões preliminares constam do Anexo III da presente Ata. As referidas propostas serão objeto de consultas adicionais entre as Delegações.

VI. Com relação ao item 3 da agenda, o Contra Almirante Murillo De Moraes Rego Corrêa Barbosa, da Delegação brasileira, informou sobre as atividades desenvolvidas pelo Grupo Assessor Naval, cuja Ata final foi aprovado e integra esta Ata como Anexo IV.

VII. O Informe final dos Grupos Técnicos foi apresentado pelo Capitão de Fragata Marcos Roza de Abreu, da Delegação brasileira, que ressaltou o trabalho que vem sendo efetuado pelos quatro grupos técnicos. Sobre o relatório do Grupo 2, o Presidente da XXIV Reunião do CIH, Embaixador Castro Neves, aproveitou a ocasião para mencionar reunião realizada no final de junho, em Brasília, com a presença do Chile, em que foi discutida proposta para a assinatura de acordo para evitar a multitributação. Sugeriu que os representantes do Grupo Técnico 2 mantenham contatos em seus países com os participantes dessa reunião para trocarem experiências sobre o que vem sendo discutido sobre o assunto. O relatório foi incluído na presente Ata como Anexo V.

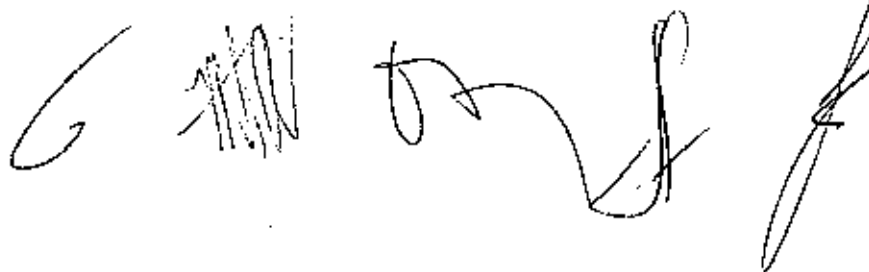
VIII. Ao final da leitura do relatório dos Grupos Técnicos, a Delegação brasileira expressou sua preocupação com atrasos que vêm ocorrendo para a aprovação de certos regulamentos, mencionando especificamente o regulamento sobre praticagem. Como maneira de reduzir os efeitos negativos desses atrasos, a Delegação brasileira apresentou cronograma para conclusão dos regulamentos que estão sendo discutidos no âmbito dos quatro grupos técnicos. O cronograma foi discutido e aprovado após a incorporação de sugestões apresentadas pela Argentina e Brasil. O cronograma foi incorporado como Anexo VI desta Ata.

IX. O Comitê aprovou o Regulamento de Infrações e Sanções, com a reserva temporária da Delegação do Paraguai, pendente de consultas que realizará. A Delegação do Paraguai comprometeu-se a manifestar-se em um prazo de 10 a 15 dias.

X. No que se refere à necessidade de incorporação dos dez regulamentos aprovados pelo Comitê ao ordenamento jurídico de cada um dos países membros, o CIH decidiu solicitar que a Secretaria Executiva envie consulta à Secretaria Executiva da ALADI sobre as alternativas jurídicas possíveis no marco do Tratado de Montevideu de 1980.

XI. Passando ao Ponto 6 da agenda, o Eng. Cabrera, da Delegação paraguaia fez a leitura da Ata da COE que, aprovada, passou a integrar este documento como Anexo VII.

XII. Com relação ao ponto 7 da agenda, o Secretário Executivo da CIH informou que os organismos técnicos do Paraguai e Argentina têm realizado uma série de reuniões para definir os pontos de dragagem e de manutenção no trecho Santa Fé - Assunção. Tais estudos prevêm 10 pés de calado e 100 metros de largura para esse trecho. Com relação ao Alto-Paraná estão previstos trabalhos para permitir um calado de 10 pés e 80 metros de largura. Esclareceu que esses estudos foram elaborados pela Faculdade de Ciências



Hídricas de Santa Fé e prevêem a instalação de hidrômetros com comunicação por satélite além de detalhados estudos de cartografia. Informou que foi definido taxa zero como valor a ser pago como pedágio, ficando a critério dos dois países a cobrança futura. O mesmo se aplica para a taxa de gestão de monitoramento ambiental. Comentou a realização na cidade de Formosa, dias 17 e 18 de julho próximo de reunião do Comitê Especial bilateral para aprovar e acompanhar os trabalhos a serem realizados e esclareceu que as informações obtidas estarão disponíveis para os demais membros da Bacia do Prata. Concluindo, esclareceu que a dragagem prevê a possibilidade de navegação todo o ano com a instalação de mais de mil placas de sinalização.

XIII. Em seguida, o representante do Paraguai fez alguns comentários sobre o mesmo item 7 da agenda. Informou que são 34 os passos críticos no trecho paraguaio, sendo que 13 deles, de material arenoso, já têm trabalho de dragagem previsto para os próximos meses. Corroborou as palavras do Secretário Executivo no sentido de que a instalação de sinalização uniforme e de equipamentos sofisticados permitirá o aumento do transporte na região. Mencionou especificamente o Porto de Concepción cujo último trecho deverá estar pronto até março de 1998, permitindo o transporte de um volume de aproximadamente 300.000 toneladas, o que beneficiará o escoamento da produção da cidade de Campo Grande. Finalmente, informou que é intenção do Governo paraguaio de levar as obras até Corumbá, assim que concluído o trecho do Rio Apa. Respondendo pergunta do Chefe da Delegação do Uruguai sobre os prazos dos trabalhos, o Secretário Executivo informou que deverá ser de, no máximo, um ano. Com relação aos trabalhos a serem feitos no Rio Uruguai, estimou em 150 dias no trecho Punta Gorda - Paysandu e outros 150 entre Paysandu e Salta.

XIV O representante uruguaio manifestou sua satisfação pela realização das obras pois, segundo ele, mostram a importância que os governos estão dando à navegação fluvial. Salientou que os ajustes que os países estão realizando na área econômica não têm impedido a continuação das obras, o que deveria ser divulgado, com a devida moderação. Para tanto, sugeriu fosse redatado um comunicado de imprensa a fim de que fosse mostrada a magnitude das obras que os cinco países vêm realizando.

XV. O Embaixador Castro Neves agradeceu o relatório apresentado e solicitou ao Secretário Executivo do CIH que elaborasse informe de imprensa para que os países membros possam divulgar o que vem sendo feito, uma vez que a transparência é de grande importância no programa da Hidrovia.

XVI Passando ao último item da agenda aprovada, o Secretário Executivo da CIH lembrou que em paralelo à XXIII Reunião da CIH, em Corrientes, se realizou o "I Taller Indígena" com participação de representantes indígenas dos cinco países, e de funcionários do BID, PNUD e ONU. Na ocasião, o Eng. Garcia apresentou as perspectivas de utilização da hidrovia e ao final do encontro os representantes indígenas redataram documento solicitando participação no CIH. Em seguida, o Secretário Executivo fez a leitura desse documento. O representante do Uruguai salientou a extrema importância da reunião de Corrientes uma vez que permitiu o início de um diálogo para que essas comunidades possam transmitir suas preocupações e receber informações sobre o que é a



Hidrovia Paraguai-Paraná. Afirmou que havia dois temas a considerar: em primeiro lugar o grau dessa participação e, em seguida, os temas que poderiam ser discutidos, tendo lembrado que certos assuntos mencionados no documento apresentado não são de competência do CIH. O Emb. Castro Neves sugeriu que os Chefes de Delegação, entre as idéias a serem apresentadas na Reunião de Chanceleres, poderiam discutir a criação de um foro consultivo para assegurar a participação da sociedade civil no desenvolvimento da Hidrovia. A idéia foi acolhida pelo Comitê, que deverá elevar proposta de resolução aos Chanceleres, cujo texto encontra-se no Anexo VIII.

XVII. O Comitê recebeu os Senhores Marcos Terena e Egberto Tabo, representantes das comunidades indígenas, os quais foram inteirados da intenção do CIH de propor a criação de um Fórum Consultivo. Os representantes manifestaram satisfação ante a proposta.

XVIII. Com relação ao projeto de Sistema de Informação da Hidrovia, o CIH recebeu informações do representante da ALADI sobre gestões efetuadas junto ao FONPLATA, o qual indicou estar considerando o referido projeto.

XIX. Foi registrado, ainda, o oferecimento, pela Delegação da Bolívia, para que a cidade de Santa Cruz de la Sierra seja sede de encontro dos setores produtivos das áreas dos países sob influência da Hidrovia. O representante da Secretaria Executiva da ALADI propôs organizar o encontro.

XX. A Delegação uruguaia levantou a proposta de utilização de uma bandeira única pelos barcos que circulam na Hidrovia. O plenário deliberou que os países deverão fazer consultas internas no âmbito jurídico para se estudar a viabilidade da proposta.

XXI. A XXV. Reunião do CIH deverá realizar-se em Montevideu, no mês de outubro, em data a ser definida em consultas da Secretaria Executiva com o país anfitrião.

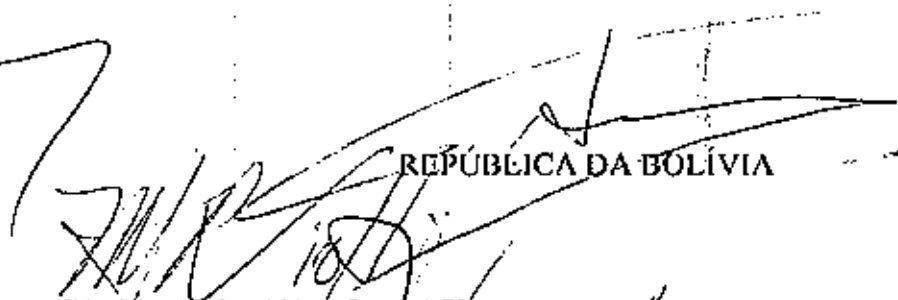
XXII. Não havendo mais pontos a tratar, o Comitê adotou as seguintes decisões:

- 1/XXIV Aprovar o informe da Secretaria Executiva.
- 2/XXIV Aprovar a ata do Grupo Assessor Naval, datada de 2 de julho de 1997.
- 3/XXIV Aprovar as atas dos Grupos Técnicos, datadas de 2 de julho de 1997.
- 4/XXIV Aprovar as atas das reuniões da Comissão Especial, datadas de 10 de junho de 2 de julho de 1997.
- 5/XXIV Aprovar o cronograma de conclusão dos regulamentos pendentes.


As Delegações da República Argentina, da República da Bolívia, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai agradecem à Delegação da República Federativa do Brasil e ao Governo do Estado de Mato Grosso a generosa hospitalidade dispensada durante a da XXIVa Reunião do Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná.

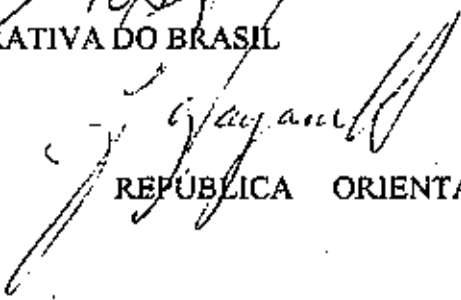
As Delegações do CIH encerraram suas deliberações no dia 4 de julho de 1997, com a aprovação da presente ata.


REPÚBLICA ARGENTINA


REPÚBLICA DA BOLÍVIA


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL


REPÚBLICA DO PARAGUAI
URUGUAI

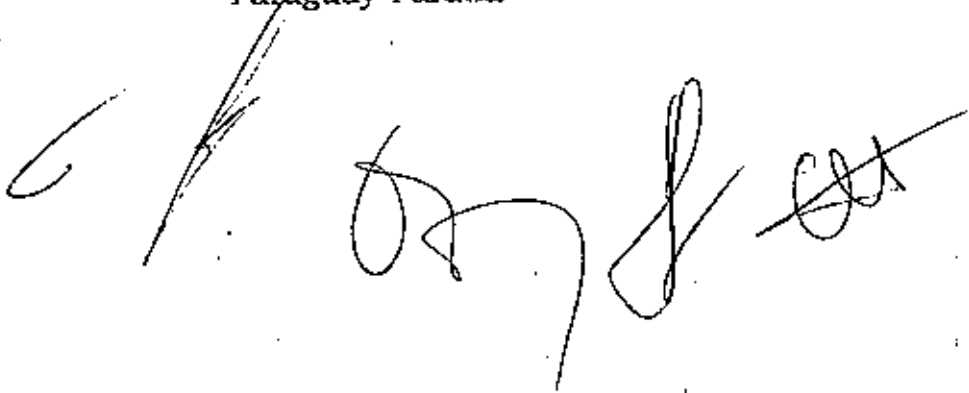

REPÚBLICA ORIENTAL DO

ANEXO I

LISTA DE PARTICIPANTES

ARGENTINA

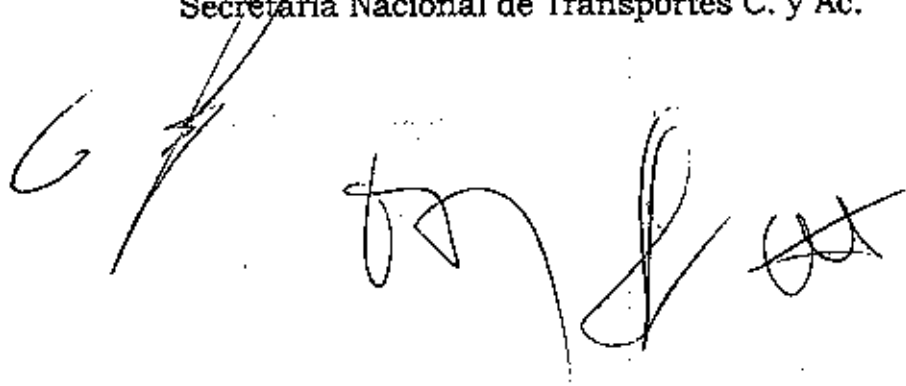
- Emb. Adolfo SARACHO
Jefe de Delegación
- Sr. Rogelio WEIDMANN
Presidente de la Comisión de Coordinación
Interjurisdiccional del Programa Hidrovia
Paraguay-Paraná
- C.L. Hector Julio ALVAREZ
Director de Armamento del Personal Naval
Armada Argentina
- Sr. Nestor VEDOVATTI
Jefe del Departamento de Seguridad
Prefectura Naval
- Cap. Enrique OYHAMBURU
Jefe de Delegación de Grupos Técnicos
- Sr. Fernando FERNANDEZ
Interventor del Distrito Paraná Superior
Subsecretaría de Puertos y Vías Navegables
- Sra. Rita C. BLANCO
Directora de Relaciones Tributarias Internacionales
- C.N. José Luis SCIOTTI
Subjefe del Servicio de Hidrografía Naval
Armada Argentina
- Ing. Guillermo SARAVI
Asesor de la Comisión de Coordinación
Interjurisdiccional de la Hidrovia
Paraguay-Paraná



- Ing. Rolando BUSTOS
Asesor de la Comisión de Coordinación
Interjurisdiccional de la Hidrovía
Paraguay-Paraná
- Dra. Beatriz Cristina MELENDEZ
Comisión de Coordinación Interjurisdiccional del Programa
Hidrovía Paraguay-Paraná
- Ing. Jorge F. IRIARTE
Prefecto - Prefectura Naval Argentina
Prefecto Principal
- Sra. Ana Maria MACHUCA
Assessora de la Subsecretaria de Política Tributaria
- Ing. Hugo COLLANTE
Asesor de la Subsecretaría de Puertos
Vías Navegables
- Ing. Juan Carlos CUBISINO
Prefectura Naval
- Dr. Carlos Héctor FIGUEROA
Subprefecto-Abogado - Prefectura Naval Argentina

BOLIVIA

- Lic. Victor RICO FRONTAURA
Jefe de Delegación
- Sr. Hugo Ferrufino MUÑOZ
Director de Integración
Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto
- Ing. Leonidas FERRUFINO
Assessor de Interesses Marítimos
- C.N. Willy H. PEREZ S.
Subsecretaría Naval e Intereses Maritimos
- Ing. Freddy ALCAZAR GONZALEZ
Director de Transportes por Agua y Puertos
Secretaría Nacional de Transportes C. y Ac.



Sr. Jorge TROCHE
Dirección de Tributación Aduanera
Ministério de Hacienda

Sr. Victor Hugo LOPEZ
Ministério de Hacienda

Lic. German Silva YANEZ
Marinha Mercante

BRASIL

Emb. Luiz Augusto de CASTRO NEVES
Diretor-Geral de Américas
Ministério das Relações Exteriores

Ministra Maria Luiza Ribeiro VIOTTI
Divisão de América Meridional I
Ministério das Relações Exteriores

Sec. Lineu Pupo De PAULA
Ministério das Relações Exteriores
Embaixada do Brasil em Buenos Aires

Sec. Marçio DORNELLES
Divisão de América Meridional I
Ministério das Relações Exteriores

Dra. Cleuza de MORAES GOMES
Gerente de Programa - Ministério do Meio Ambiente
Secretaria do Meio Ambiente

Dra. Rosa Helena ZAGO LOES
Chefe do Departamento de Registro e
Licenciamento do IBAMA

Dr. Marcelo MOTA TEXEIRA
Diretor do Departamento de Hidrovias Interiores
Ministério dos Transportes

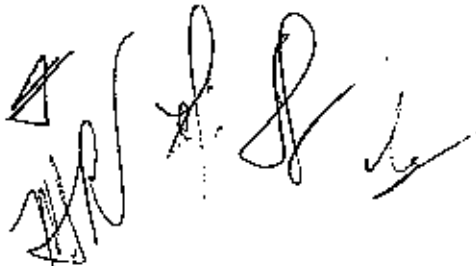
Dr. Paulo Roberto COELHO de GODOY
Chefe Divisão do DHI/MT
Ministério dos Transportes



ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE
CHEFES DE DELEGAÇÃO DO COMITÊ INTERGOVERNAMENTAL DA
HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ
(Porto de Cáceres - Porto de Nova Palmira)

São Paulo, República Federativa do Brasil
~~9 e 10 de junho de 1997~~

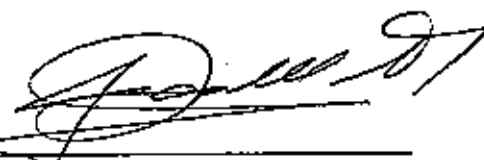
- I. Os chefes de Delegação do Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná (Porto Cáceres - Porto de Nova Palmira) reuniram-se em São Paulo, nos dias 9 e 10 de junho de 1997.
- II. A relação dos integrantes das Delegações figura como Anexo I à presente Ata.
- III. Ao abrir-se a reunião, a chefe da Delegação do Brasil, Conselheira Maria Luiza RIBEIRO VIOTTI, deu as boas-vindas aos presentes. Os trabalhos foram conduzidos pelo Sr. Rogelio WEIDMANN, da Delegação Argentina, que ocupa a Presidência de turno.
- IV. Foi aprovada a seguinte agenda:
1. Relatório das atividades efetuadas pela Secretaria Executiva e proposta de documento de trabalho para a análise dos Chefes de Delegação.
 2. Exame das propostas a serem elevadas à Reunião de Chanceleres da Bacia do Prata.
 3. Ata da 10a. Reunião da Comissão Especial (COE)
 4. Exposição de representante da Agência de Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul sobre a realização de fórum sobre a Hidrovia.
 5. XXIVa. Reunião do CIH.
- V. A Secretaria Executiva apresentou dois projetos de documento: um texto contendo uma descrição das atividades desenvolvidas pelo Comitê e sugestões para a ação futura, bem como uma proposta de modificação do Estatuto do CIH. A Delegação do Uruguai fez entrega de sugestões, consubstanciadas no documento "Situação e Previsões do Programa Hidrovia". Encontram-se, em anexo, os referidos documentos.



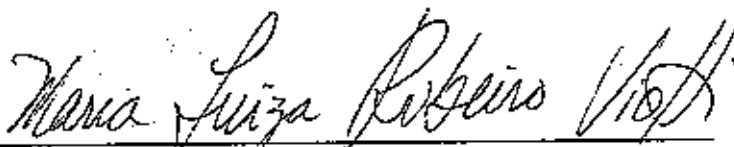
- XI. Representantes da Agência de Desenvolvimento do Estado do Mato Grosso do Sul fizeram uma apresentação às Delegações sobre o Fórum Internacional sobre a Hidrovia Paraguai-Paraná, a realizar-se em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, de 20 a 22 de agosto de 1997. O Fórum deverá contar com a participação de autoridades governamentais, empresários, acadêmicos e representantes dos diversos segmentos da sociedade interessados, com o objetivo de discutir o Programa da Hidrovia em todos os seus aspectos. Foi solicitada a participação, a mais ampla possível, dos países da Bacia do Prata no evento.
- XII. Confirmou-se a realização da XXIVA. Reunião do CIH em Cuiabá, de 30 de junho a 4 de julho de 1997.
- XIII. As Delegações da República Argentina, da República da Bolívia, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai agradecem à Delegação da República Federativa do Brasil e à Agência de Desenvolvimento do Tietê-Paraná a generosa recepção, hospitalidade e boa vontade dispensadas durante a realização da Reunião Extraordinária dos Chefes de Delegação do Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná.



REPÚBLICA ARGENTINA



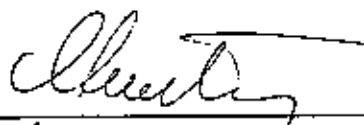
REPÚBLICA DA BOLÍVIA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



REPÚBLICA DO PARAGUAI



REPÚBLICA ORIENTAL DO
URUGUAI

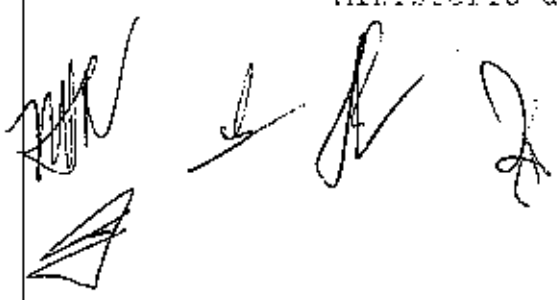
ANEXO I.

Lista de Participantes

ARGENTINA

- Sr. Rogelio WEIDMANN
Presidente de la Comisión de Coordinación
Interjurisdiccional del Programa
Hidrovia Paraguay-Paraná
- Dra. Patricia PALEARI
Secretario de Embajada
Delegada Alternativa al CIH
Ministerio de Relaciones Exteriores
Comercio Internacional y Culto
- Cap. Enrique OYHAMBURU
Vocal de la Comisión de Coordinación
Interjurisdiccional del Programa
Hidrovia Paraguay-Paraná
- Dr. Gustavo Daniel GREEN
Ministerio de Relaciones Exteriores
Comercio Internacional y Culto
- Sr. Rafael E GONZALEZ ALEMAN
Cónsul Adjunto - Consulado General de la
República Argentina en San Pablo (Brasil)
- Ing. Hugo COLLANTE
Asesor del Comité Federal de la
Hidrovia Paraguay-Paraná
- Ing. Guillermo C. SARAVI
Asesor de la Comisión de Coordinación
Interjurisdiccional del Programa
Hidrovia Paraguay-Paraná
- Ing. Rolando BUSTOS
Asesor de la Comisión de Coordinación
Interjurisdiccional del Programa
Hidrovia Paraguay-Paraná

BOLIVIA

- V.Alte. Luis TAZA MONTERO
Subsecretario Naval
Ministerio de Defensa Nacional
- 

URUGUAI

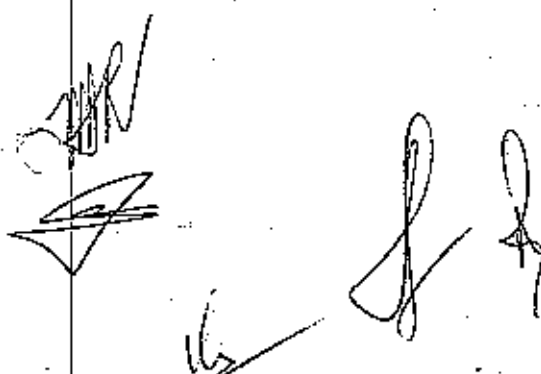
- Eng. Conrado SERRENTINO
Subsecretario
Ministerio de Transporte y Obras Públicas
- Emb. Julio César LUPINACCI
Director de Asuntos Limitrofes
Ministerio de Relaciones Exetrioeres
- Lic. Carlos SERRENTINO
Director Nacional de Medio Ambiente
Ministerio de Vivienda, ordenamiento Territorial
y Medio Ambiente
- Ing. Roberto SUAREZ NICOLINI
Coordinador General del Instituto de Planificación
Ministerio de Transporte e infraestructura

SECRETARIA EJECUTIVA

- Sr. Jesús GONZALEZ
- Srta. Beatriz Alicia PEREZ
- P.M. Edgardo Alberto OJEDA
- Sra. Stella Maris PEREZ
- Sr. Carlos Aldo MENDEZ

ESPECIALISTA INTERNACIONAL

- Eng. Luiz Eduardo GARCIA
Asesor del C.I.H.

Handwritten signatures and initials in the bottom left corner of the page. There are several distinct marks, including what appears to be a large signature and some smaller initials.

XXIVA REUNION DEL C.I.H.

NOMINA DE REPRESENTANTES

DELEGACION ARGENTINA

Ministerio de Relaciones Exteriores,
Comercio Internacional y Culto

Emb. D. Adolfo SARACHO
Jefe de Delegación

Sr. Gustavo GREEN
Asesor

Ministerio de Economía y Obras
y Servicios Públicos

Dra. Ana Ma. MACHUCA

Dra. Rita BLANCO

Comisión de Coordinación Interjurisdiccional
del Programa Hidrovia Paraguay-Paraná

Sr. Rogelio WEIDMANN
Presidente - Subsecretario de Estado

Cap. Enrique OYHAMBURU
Jefe de Grupos Técnicos

Ing. Guillermo SARAVI

Dra. Beatriz MELENDEZ

Ing. Rolando BUSTOS

Armadas Argentina

Alte. Hector ALVAREZ

Alte. José Luis SIOTTI

Prefectura Naval Argentina

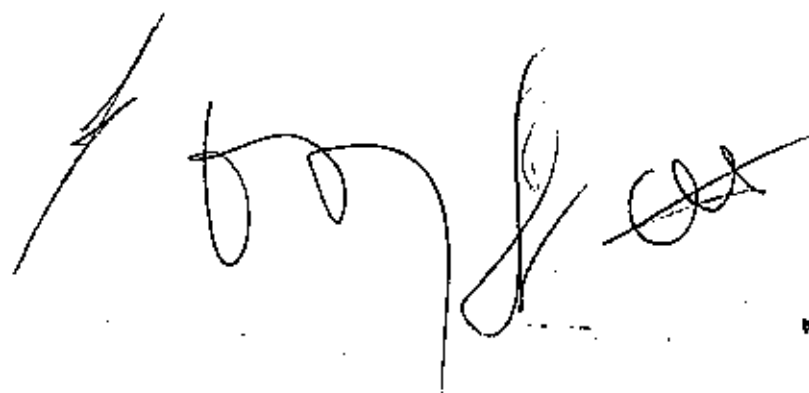
Pref. Nestor VEDOVATTI

Pref. Jorge IRLARTE

Pref. Juan Carlos CUBISINO

SP. Carlos FIGUEROA

- Sr. Samuel Ricardo VAN DER LAAN
Superintendente Subst. COLESP/AHIPAR
Administração da Hidrovia do Paraguai
- C. Alte. Murillo de Moraes Rego Corrêa BARBOSA
Sub-chefe de Organização do Estado Maior da Armada
Ministério da Marinha
- CMG Carlos SALES TAVARES DE ALMEIDA
Diretoria de Hidrografia e Navegação
Ministério da Marinha
- C.F. Marcos ROZA DE ROZA
Diretoria de Portos e Costas
Ministério da Marinha
- C.F. Francis FIXEL
Diretoria de Portos e Costas
Ministério da Marinha
- C.F.(QC-CA) Marcus FERREIRA DE SOUZA
Diretoria de Portos e Costas
Ministério da Marinha
- C.F. Adolfo BARROS DA SILVA Junior
Capitão dos Portos dos Estados do Mato Grosso e Mato
Grosso do Sul
Ministério da Marinha
- C.F. Marco Antonio Fernandes FERREIRA VILAÇA
Estado Maior da Armada - Divisão de Assuntos Marítimos
Ministério da Marinha
- Eng. Alexandre José TRINAS DE FREITAS
Diretoria de Portos e Costas
Ministério da Marinha
- Dr. Newton Repizo de OLIVEIRA
Secretaria da Receita Federal
- Dr. João Alberto de Azevedo BEZERRA
Secretaria da Receita Federal

The image shows several handwritten signatures and initials in black ink. There are approximately five distinct marks, including a large, flowing signature that spans across the middle of the bottom section, and several smaller, more compact initials or signatures to its left and right.

Dr. Clóvis Roque PERINI
Secretaria da Receita Federal

Sra. Sandra Regina VARELA
Diretoria de Portos e Costas
Ministério da Marinha

PARAGUAY

Dr. Miguel Angel BRITOS
Viceministro de Asuntos Económicos
Ministerio de Relaciones Exteriores

Lic. César CRUZ ROA
Presidente de la Administración Nacional de
Navegación y Puertos

Ing. Ramón Amado CABRERA
Director de Desarrollo e Integración Física
Ministerio de Relaciones Exteriores

C.N. Oscar BRIZUELA
Consejo de la Administración Nacional de
Navegación y Puertos

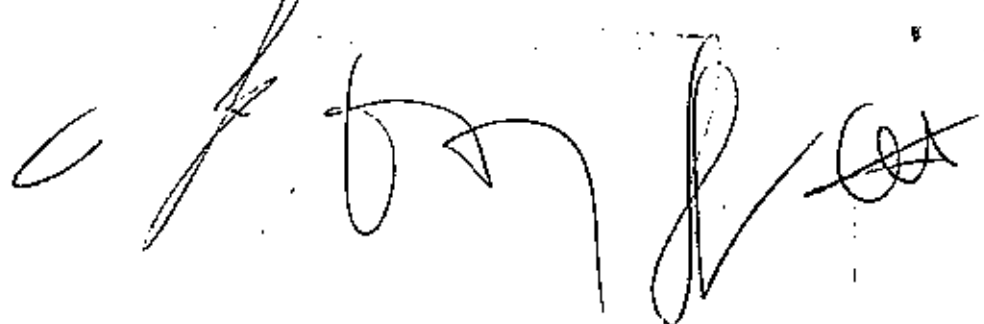
Esc. Juan José BENITEZ RICKMANN
Asesor Consultivo
Miembro del CIH - Presidencia de la Nación

Arq. Fernando R. CABRAL
Director de Planificación de Transporte
Ministerio de Obras Públicas y Comunicaciones

Cap. Rubens Dario LEZCANO
Diretor de Marinha Mercante

C.N. Julián Paredes MORALES
Prefecto General
Prefectura Naval

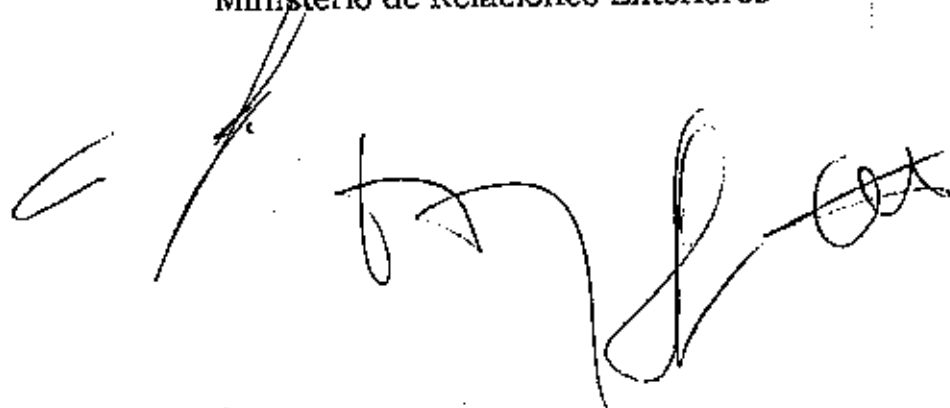
C.N. Luis RUIZ DIAZ
Director de Hidrografia

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in black ink. From left to right, there is a large, stylized signature that appears to be 'C. B. R.', followed by a signature that looks like 'L. R. D.', and finally a set of initials 'C.A.' on the far right.

- Ing. Juan R. ALMADA
Gerente de Navegación
Administración Nacional de Navegación
y Puertos
- Ing. Ricardo GIMENEZ TARRES
Gerencia de Hidrovía
Administración Nacional de Navegación y Puertos
- Ing. Celso AYALA MARTINEZ
Jefe del Sector Transporte
Secretaría Técnica de Planificación
- Ing. Diego Enrique SILVA STRANSKY
Subsecretaría de Recursos Naturales y
Medio Ambiente
- Cap. Lucas SOSAS
Diretor de Marina Mercante
- C.N. Anibal ZARZA
Asesor Técnico de la Administración Nacional
de Navegación y Puertos
- Dr. Jorge CASARIEGO
Asesor de Asuntos Económicos
- Dr. Osvaldo R. BENITEZ
Asesor Jurídico de la Administración Nacional de
Navegación y Puertos

URUGUAY

- Ing. Jorge SANGUINETTI
Jefe de Delegación
- Ing. Conrado SERRENTINO
Subsecretario - de Transporte y Obras Públicas
- Emb. Julio César LUINACCI
Jefe de la Dirección de Administración
Ministerio de Relaciones Exteriores



Dra. Adela Marina LEGAZCUE
Encargada de Despacho - Dirección General de
Transporte Fluvial y Marítimo - MTOP

C.F. Hugo ROLDÓS
Servicio de Oceanografía, Hidrografía y Meteorología
Armada Nacional

Eng. Luiz PERDOMO
Asesor del Director General de
Transporte Fluvial y Marítimo - MTOP

C. F. Juan Pablo AMBROSIO
Prefectura Nacional Naval

Sr. Ernesto RYCHTENBERG
Asesor de la Dirección de Transporte Fluvial y Marítimo-
MTOP

SECRETARIA EJECUTIVA

Sr. Jesús GONZALEZ

Srta. Beatriz Alicia PEREZ

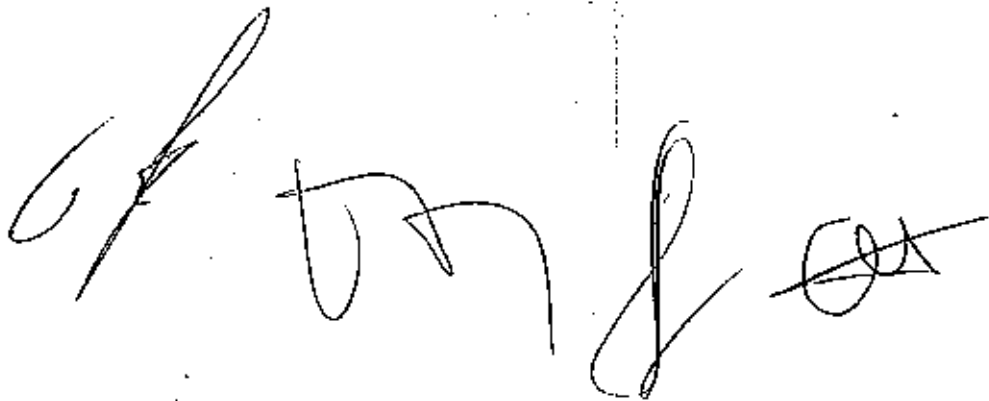
P.M. Edgardo Alberto OJEDA

Sra. Stella Maris PEREZ

Sr. Carlos MENDEZ

ALADI

Dr. Isaac MAIDANA
Secretario Adjunto

The image shows four handwritten signatures in black ink, arranged horizontally. From left to right: the first signature is a stylized 'G' with a diagonal slash; the second is a cursive 'H'; the third is a cursive 'L'; and the fourth is a cursive 'E' with a horizontal line through it.

INFORME DE LA SECRETARIA EJECUTIVA

República Federativa del Brasil

Cuiabá, 3 y 4 de junio de 1997

En el periodo transcurrido entre la Reunión Extraordinaria de Jefes de Delegación, a celebrarse en la Ciudad de San Pablo (República Federativa del Brasil) y la XXIVa. Reunión del CIH, la Secretaría Ejecutiva se abocó a las siguientes tareas:

- Por Nota SEHPP/AR N° 104/97, se entregó a las Delegaciones un (1) soporte magnético que contiene el texto del "Reglamento de Inspecciones" en Word 6.0, elevado por el Delegado de la Prefectura Naval Argentina, como así también el impreso del mismo.
- Por Nota SEHPP/AR N° 105/97, se responde a la Nota CNA N° 1341/97 de la Cámara Naviera Argentina por la cual expresa la necesidad de ser participe en calidad de observador en las futuras reuniones del C.I.H.
- Por Nota SEHPP/AR N° 110/97, se solicita a la Delegación de Brasil la remisión de la sede de la XXIVa. Reunión del CIH, nómina hotelera recomendada para dicho evento y se le envía el detalle de las necesidades de la Secretaría Ejecutiva, en cuanto equipamiento y apoyo administrativo.
- Por Nota SEHPP/AR N° 111/97, se envía a FONPLATA las modificaciones a la Cláusula 8 y 9 del Convenio OCT/NR/CIH 2/95.
- Por Nota SEHPP/AR N° 112/97, se remite a las Delegaciones la convocatoria para la XXIVa. Reunión del CIH a efectuarse en la ciudad de Cuiabá, los días 3 y 4 de julio, precedida de los Grupos Técnicos y Asesores, entre los días 30 de junio y 2 de julio del etc.
- Por Nota SEHPP/AR N° 113/97, se remite a las Delegaciones la sede para la XXIVa. Reunión del CIH, Grupos Asesores y Técnicos, junto con la nómina hotelera enviada por la Delegación del Brasil.
- Por Nota SEHPP/AR N° 114/97, se remite a los Organismos Internacionales, Nacionales y Regionales la invitación para la XXIVa. Reunión del CIH, junto con el Temario y la nómina hotelera enviada por la Delegación del Brasil.
- Por Nota SEHPP/AR N° 115/97, se remite al Grupo de Trabajo Indígena la invitación para la XXIVa. Reunión del CIH, junto con el Temario y la nómina hotelera enviada por la Delegación del Brasil.
- Por Nota SEHPP/AR N° 117/97, se remite a las Delegaciones del CIH, los comentarios y sugerencias de las Delegaciones de Brasil, Bolivia y Uruguay,

referente a la propuesta de Estatuto del CIH elaborada por la Secretaría Ejecutiva.

- Por Nota SEHPP/AR N° 120/97, N° 122/97, N° 124/97, N° 125/97 se remite a las Delegaciones del CIH, las nóminas de representantes de las Delegaciones de Brasil, Argentina, Paraguay y Uruguay, respectivamente.

- Por Nota SEHPP/AR N° 121/97, se remite a las Delegaciones de Bolivia, Brasil, Paraguay y Uruguay la incorporación propuesta por la Delegación Argentina al Temario de la XXIVa. Reunión del CIH.


- Por Nota SEHPP/AR N° 123/97, se remite a las Delegaciones de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay la confirmación de la presencia de la Delegación de Bolivia a la XXIVa. Reunión del CIH.

- Por Nota SEHPP/AR N° 126/97, se remite a las Delegaciones, nota de la Empresa Armadora ACBL Hidrovías S.A. con relación al Proyecto de "Reglamento de Pilotaje para la Hidrovia Paraguay-Paraná".

En otro orden de cosas, la Secretaría Ejecutiva participó de la XIIa. Reunión del Consejo Mercado Común (MERCOSUR) y Cumbre de Jefes de Estado, celebrada en la ciudad de Asunción, República del Paraguay, los días 18 y 19 de junio del cte. año.

Asimismo, por invitación de la ALADI esta Secretaría participó en una reunión de trabajo en la sede de la misma, sobre el tema: Financiación del Banco de Datos de la Hidrovia, en la que estuvieron presentes por el FONPLATA, el Dr. José Gaspar RODRIGUEZ, Jefe Area de Operaciones; por la ALADI, el Dr. Isaac MAIDANA, Secretario General Adjunto y por esta Secretaría el Pref. Mayor Edgardo OJEDA, Asesor de la misma. El Acta suscripta en dicha oportunidad se encuentra adjunta al presente informe.

Por último, se ha cumplido con todos los requerimientos de información y remisión de documentos y contestación de correspondencia, que fueron solicitados por las Delegaciones y Organismos Privados, Internacionales, Regionales y No Gubernamentales Ambientalistas, como así también de las Comunidades ribereñas e indígenas de la Cuenca.


JESUS G. BONZALEZ
SECRETARIO EJECUTIVO
DEL C.I.H.

ANEXO III

COMISION DE REDACCION

En la Ciudad de Cuiabá, República Federativa del Brasil, a los 3 días del mes de julio de 1997, se reunió la Comisión de Redacción a efectos de la elaboración del temario propuesto para la próxima reunión de Cancilleres de los Países de la Cuenca del Plata, bajo la Presidencia del señor Pref. Mayor (RE) Edgardo Alberto OJEDA, de la Secretaría Ejecutiva, actuando como relator el Dr. Carlos FIGLEROA.

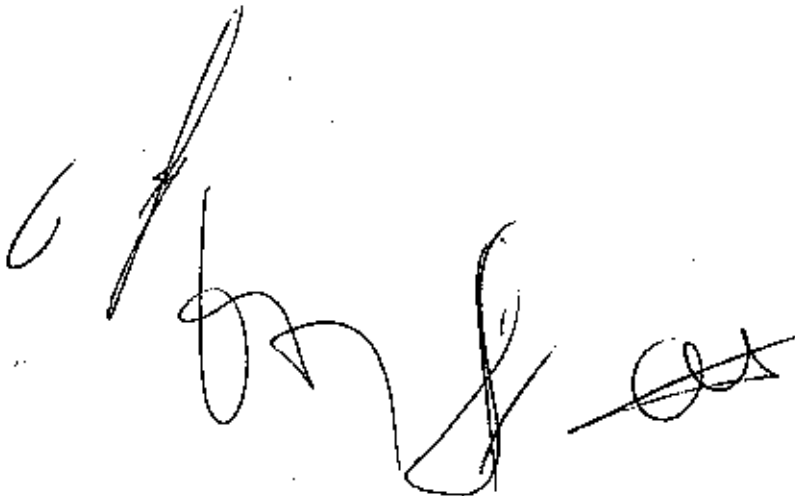
Los puntos acordados por los señores Jefes de Delegación en esta ciudad el día 2 de julio de 1997 fueron los siguientes:

- I. Internalización de los Reglamentos Aprobados
- II. Programación de las Obras Priorizadas bajo el Seguimiento y Coordinación del Comité Intergubernamental; de la Hidrovia (Puerto de Cáceres - Puerto de Nueva Palmira).
- III. Incorporación del tramo del Río Alto Paraná y del Río Uruguay, al Acuerdo de Transporte Fluvial por la Hidrovia Paraguay-Paraná, en lo que fuera pertinente.
- IV. Necesidad de Modificación del Estatuto del Comité Intergubernamental; de la Hidrovia (Puerto de Cáceres - Puerto de Nueva Palmira).

Respecto del punto 1, sin perjuicio de recomendar al Comité Intergubernamental; de la Hidrovia (Puerto de Cáceres - Puerto de Nueva Palmira) que solicite a la Secretaría General de la Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI) un informe jurídico sobre las alternativas instrumentales para la incorporación a la Legislación Interna de cada País de los distintos reglamentos y normas complementarias de los Protocolos Adicionales del Acuerdo de Transporte Fluvial por la Hidrovia Paraguay-Paraná (Puerto de Cáceres - Puerto de Nueva Palmira), suscripto en el marco de los mecanismos del Tratado de Montevideo de 1980, se consensó el texto que corre agregado como Anexo I.

Sobre el punto 2, se adoptó el texto que se adjunta como Anexo II.

En lo atinente al punto 3, se consensó la propuesta que se agrega como Anexo III.



ANEXO I

Internalización de los Reglamentos Aprobados por el Comité Intergubernamental; de la Hidrovia (Puerto de Cáceres - Puerto de Nueva Palmira)

Resolución N°

En la Reunión Extraordinaria de Cancilleres de los Países de la Cuenca del Plata,

VISTO

La Resolución N° 238 de la XIX Reunión de Cancilleres de los Países de la Cuenca del Plata y la Resolución N° 3 de la IV Reunión Extraordinaria de Cancilleres de los Países de la Cuenca del Plata;

CONSIDERANDO:

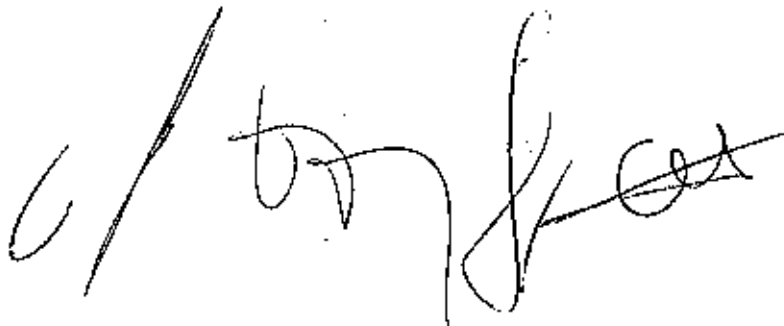
La necesidad de incorporar los Reglamentos y normas complementarias ya aprobados por el Comité Intergubernamental; de la Hidrovia (Puerto de Cáceres - Puerto de Nueva Palmira) relativos a la navegación y el comercio en la Hidrovia Paraguay-Paraná (Puerto de Cáceres - Puerto de Nueva Palmira), en los ordenamientos jurídicos de cada país para su pronta entrada en vigor;

El interés en acelerar la conclusión de los Reglamentos y normas complementarias que se encuentran en análisis dentro del ámbito del Comité Intergubernamental; de la Hidrovia (Puerto de Cáceres - Puerto de Nueva Palmira);

RESUELVE

Recomendar a los Países Signatarios que tomen las medidas necesarias, conforme a sus respectivas legislaciones, para la incorporación de los Reglamentos y normas complementarias ya aprobadas por el Comité Intergubernamental; de la Hidrovia (Puerto de Cáceres - Puerto de Nueva Palmira) (se adjunta listado de reglamentos), a sus ordenamientos jurídicos internos.

Encomendar al Comité Intergubernamental de la Hidrovia (Puerto de Cáceres - Puerto de Nueva Palmira) que apruebe los Reglamentos y normas complementarias en análisis dentro de los plazos fijados a tal efecto por el Comité Intergubernamental; de la Hidrovia (Puerto de Cáceres - Puerto de Nueva Palmira) en su XXIV Reunión.

A large, stylized handwritten signature in black ink, likely belonging to a representative of the committee, is written across the bottom of the page.

ANEXO II

Mejoras en la Infraestructura Física de la Hidrovia Paraguay-Paraná

Resolución N°

En la Reunión Extraordinaria de Cancilleres de los Países de la Cuenca del Plata.

VISTO

El Artículo 6 del Estatuto del Comité Intergubernamental de la Hidrovia Paraguay-Paraná (Puerto de Cáceres - Puerto de Nueva Palmira) aprobado por Resolución N° 244 de la XXa Reunión Ordinaria de Cancilleres de los Países de la Cuenca del Plata;

CONSIDERANDO:

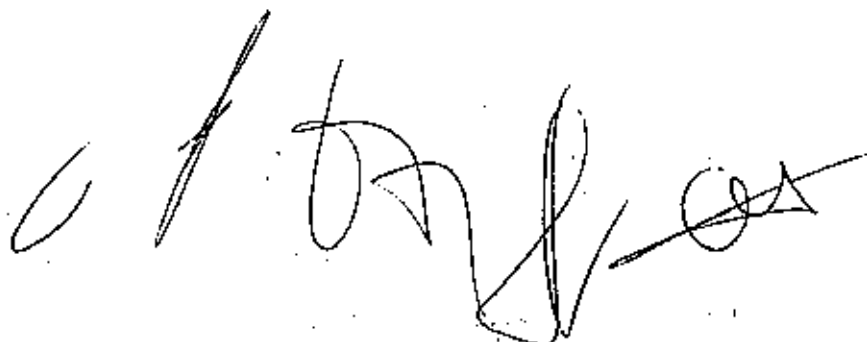
Los Estudios de Ingeniería y Viabilidad Técnica y Económica de Mejoramiento de las Condiciones de Navegación de la Hidrovia Paraguay-Paraná y de Impacto Ambiental (Módulos A, B1 y B2), elaborados con la cooperación del Banco Interamericano de Desarrollo- BID y del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo-PNUD;

El interés en buscar una mejor ecuación para el transporte por la Hidrovia Paraguay-Paraná (Puerto de Cáceres - Puerto de Nueva Palmira) que compatibilice las mejoras consideradas necesarias a corto plazo en la infraestructura de la vía con la conservación del Medio Ambiente;

La conveniencia de que los países de la Cuenca del Plata coordinen las acciones con tal objetivo;

RESUELVE

Encomendar al Comité Intergubernamental de la Hidrovia Paraguay-Paraná (Puerto de Cáceres - Puerto de Nueva Palmira) la definición de un Programa de Acciones de Mejoras de Infraestructura Física de la Hidrovia, en base a los Estudios Técnicos disponibles que prevea el Planeamiento Secuencial de Mejoras conforme a las demandas del desarrollo de la Navegación y del Transporte, para garantizar su confiabilidad y seguridad dentro de los parámetros ambientales adecuados.

A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke at the end.

ANEXO IV

Resolución N°

La Reunión de Cancilleres de los Países de la Cuenca del Plata.

VISTO

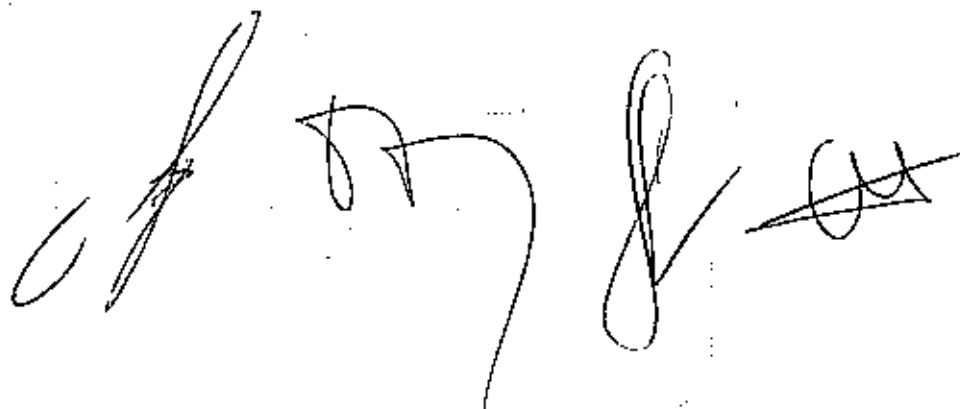
La Resolución N° 244 (XX) que aprueba el Estatuto del Comité Intergubernamental de la Hidrovía Paraguay-Paraná (Puerto de Cáceres - Puerto de Nueva Palmira) y la Resolución N° 3 de la IVa Reunión Extraordinaria de Cancilleres de los Países de la Cuenca del Plata;

CONSIDERANDO:

La necesidad de dotar al Comité Intergubernamental de la Hidrovía Paraguay-Paraná (Puerto de Cáceres - Puerto de Nueva Palmira) con las facultades necesarias para hacer operativa su gestión.

RESUELVE

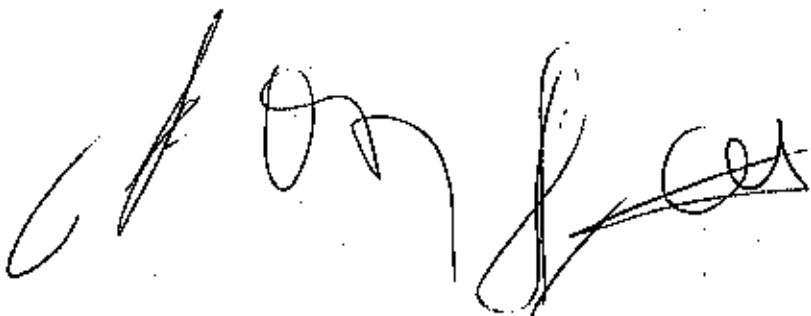
Modificar el Estatuto del Comité Intergubernamental de la Hidrovía Paraguay-Paraná (Puerto de Cáceres - Puerto de Nueva Palmira) en los siguientes términos:



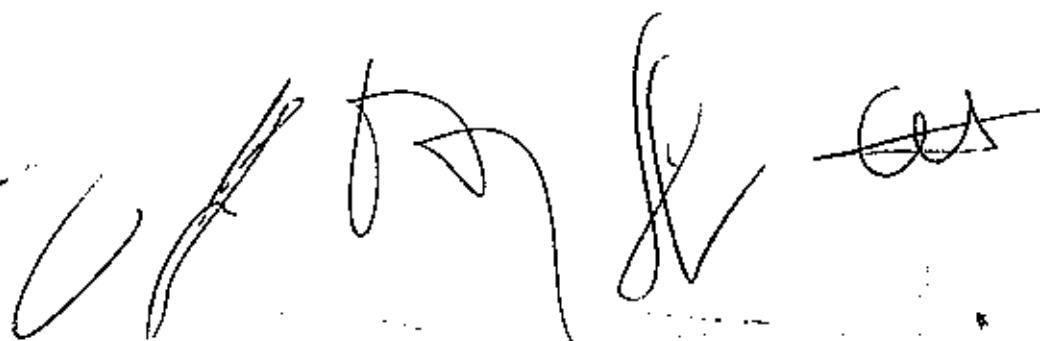
ANEXO III

Declaración Conjunta de los Cancilleres de los Países de la Cuenca del Plata

Los Cancilleres expresan la intención de realizar estudios tendientes a unificar en lo que fuere pertinente las normas que rigen la navegación en el denominado río Alto Paraná desde Confluencia (Km 1246) hasta la desembocadura del río Iguazú (Km 1927), y el río Uruguay, a las disposiciones del Acuerdo de Transporte Fluvial por la Hidrovia Paraguay-Paraná (Puerto de Cáceres - Puerto de Nueva Palmira).

A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of several loops and flourishes, positioned in the lower half of the page.

Los Cancilleres de los Países de la Cuenca del Plata ven la necesidad de lograr la institucionalización del Comité Intergubernamental de la Hidrovia Paraguay-Paraná (Puerto de Cáceres - Puerto de Nueva Palmira) buscando la concreción del mismo a través de la personería jurídica internacional y la facultad normativa dentro del ámbito geográfico específico de aplicación del Acuerdo de Transporte Fluvial por la Hidrovia Paraguay-Paraná.

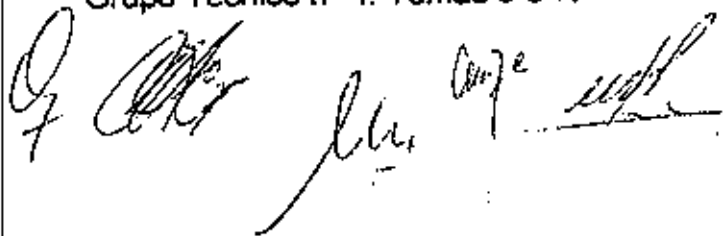
The image shows four handwritten signatures in black ink, arranged horizontally. The signatures are stylized and cursive. The first signature on the left is a simple, sweeping line. The second signature is more complex, with several loops and a long tail. The third signature is also complex, with many loops and a long tail. The fourth signature on the right is the simplest, consisting of a few horizontal strokes.

**INFORME FINAL DOS GRUPOS TÉCNICOS DO COMITÊ
INTERGOVERNAMENTAL DA HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ
(PORTO DE CÁCERES - PORTO DE NOVA PALMIRA)**

**Cuiabá, República Federativa do Brasil
30 de junho a 02 de julho de 1997**

- I. Os Grupos Técnicos da Hidrovia Paraguai-Paraná (Porto de Cáceres-Porto de Nova Palmira) se reuniram na cidade de Cuiabá, República Federativa do Brasil, entre os dias 30 de junho e 02 de julho de 1997.
- II. A lista completa das respectivas Delegações se encontram apresentadas no Apêndice I do presente Informe, como também os membros da Secretaria Executiva.
- III. A abertura da reunião esteve a cargo do Capitão-de-Fragata Marcos Roza de Abreu, representante da Diretoria de Portos e Costas (Ministério da Marinha), deu boas vindas as delegações dos Países irmãos, desejando o melhor dos êxitos na importante tarefa a desenvolver nas jornadas seguintes, salientando que o resultado das mesmas seja benéfica para os cinco países.
- IV. Em continuação, se procedeu a eleição das autoridades para a presente reunião, recaindo a Presidência para Delegação do Brasil na pessoa do Capitão-de-Fragata Marcos Roza de Abreu, e a Vice-Presidência ficou a cargo da Dra. Adela Marina Legazcue da Delegação do Uruguai e a Relatoria a cargo da Delegação Brasileira.
- V. Posteriormente, se aprovou o seguinte temário:
 1. Regime Uniforme sobre Requisitos para exercer a Pilotagem.
 2. Consideração do Módulo A - Planos de Formação e Capacitação do Pessoal Embarcado.
 3. Incentivos Fiscais, Subsídios e Outros, Outorgados aos Armadores da Hidrovia.
 4. Tratamento Final do Regime Único de Infrações e Sanções.
 5. Regime de Reembolso pelos gastos que demandem as operações de combate contra a contaminação produzida pelas embarcações.
 6. Regulamento Único de Inspeções das Embarcações; e
 7. Regulamento Único de Segurança - Adequação ao SOLAS.
- VI. Em seguida, se formaram os seguintes Grupos Técnicos:

Grupo Técnico nº 1: Temas 1 e 2.
Grupo Técnico nº 2: Tema 3.
Grupo Técnico nº 3: Temas 4 e 5; e
Grupo Técnico nº 4: Temas 6 e 7.



As Atas elaborados pelos Grupos distintos se adicionam ao presente Informe como Apêndice II (Grupo nº 1), III (Grupo nº 2), IV (Grupo nº 3) e V (Grupo nº 4).

VII. Como resultado das deliberações recolhidas dos Grupos Técnicos, se leva a consideração do Comitê as seguintes conclusões e sugestões:

1. Com relação ao Grupo Técnico nº 1:

Para efeito de desenvolvimento do ponto 2 se tratou dos aspectos relacionados no Módulo -A "Bases para Definição dos Planos de Formação e Capacitação do Pessoal embarcado na Hidrovia" e considerações do Módulo-B "Bases para a Instrumentação do Plano de Formação e Capacitação do Pessoal embarcado na Hidrovia". Os Títulos, Certificados e Requisitos Gerais analisados ficaram sem observações.

Para efeito de desenvolvimento do ponto 1 a Delegação do Brasil apresentou uma proposta "Processo de Avaliação dos Capitães Fluviais, Pilotos Fluviais e Contra-mestres Fluviais para obter a habilitação nas respectivas zonas". Foi aderida em sua totalidade pela Argentina, as demais Delegações manifestaram-se de acordo com a 1ª fase da proposta. Com relação da 2ª fase da proposta apresentada pelo Brasil as Delegações da Bolívia e Uruguai se manifestaram que acompanharão o acordo a ser feito entre todas as Delegações.

As Delegações assumiram o compromisso de apresentar uma proposta formal na próxima reunião dos Grupos Técnicos a respeito dos Pontos tratados, a fim de concluir, definitivamente os Pontos abordados nesta Reunião.

2. Com relação ao Grupo Técnico nº 2:

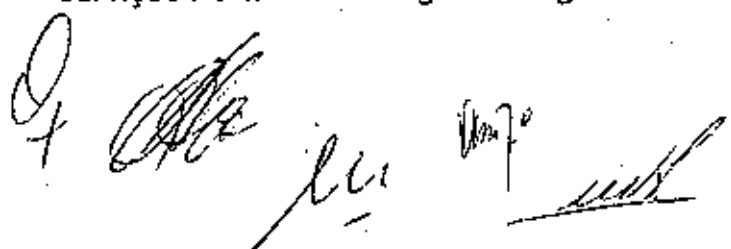
O representante do Brasil confirmou o interesse das autoridades brasileiras em participar das reuniões desse Grupo Técnico e que a ausência de Representante nas reuniões de Buenos Aires e Corrientes se deu por motivos de força maior.

Os países atualizaram o "Quadro sobre os Regimes Tributários" aplicáveis nos respectivos países.

Esclareceram ainda a respeito dos Convênios para evitar a dupla tributação existentes entre eles inclusive o Regime Tributário aplicável às sucursais e agências.

O modelo "Empresa-Amador-Tipo" foi modificado em relação aos valores de determinados itens. Ademais os países se comprometeram a informar valores de outros itens de custo não incluídos no modelo acima referido.

Foram aportadas informações a respeito do regime de contratação de práticos nos países signatários e também no que diz respeito aos gastos com serviços Portuários e Seguro Obrigatório.

The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials in black ink. From left to right, there is a large, stylized signature, followed by a smaller signature, and then a series of initials and a date that appears to be "1970".

3. Com relação ao Grupo Técnico nº 3:

Foi prontificado a Versão Final do Regime Único de Infrações e Sanções da Hidrovia Paraguai-Paraná (Porto de Cáceres-Puerto de Nueva Palmira) e o

Grupo propõe que seja levado à consideração do Comitê Intergovernamental da Hidrovia para sua aprovação.

Com relação ao Regime de Reembolso de Gastos o Grupo estabeleceu a sistemática de trabalho que será utilizada para a elaboração do referido Regime. Foram selecionados documentos e providências iniciais de trabalho, ficando consensuado a importância de se ter prontificado os Planos Contingentes de cada país signatário. Concluiu-se que o Estudo de compatibilização dos referidos Planos deverá ser analisado separadamente por especialistas no assunto e que esses especialistas se reúnam se possível na próxima reunião dos Grupos Técnicos para iniciar os estudos.

Elegeu-se os documentos da legislação que deverão ser utilizadas para balizar os estudos sobre esse Regime. Reafirmou-se a grande importância de que haja a contínua colaboração entre os países signatários na troca de informações tanto na fase de apuração das causas dos acidentes bem como na fase das operações de luta contra a contaminação.

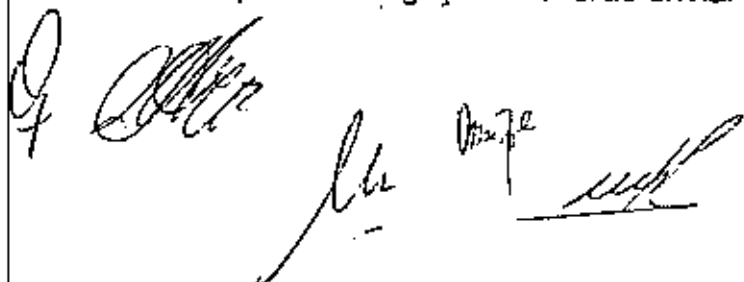
4. Com relação ao Grupo Técnico nº 4:

O Grupo reuniu-se e analisou os itens restantes do Capítulo 3 (3.5 em diante) e o Capítulo 4 do Regulamento de Inspeções que ainda não haviam sido analisados na última reunião. O texto avaliado foi aprovado pelas delegações presentes, com exceção do item 3.6, que ficou pendente. Retomando os estudos sobre os itens pendentes dos Capítulos 1 e 2, só foi aprovado a retirada do item 1.3.11 e a conseqüente renumeração dos itens seguintes.

Foi aprovada a proposta de que fossem feitos contatos entre as Delegações, via Fax, para a retirada das pendências, para que, na próxima reunião, o Regulamento fosse aprovado em definitivo, ficando estabelecido o dia 15 de setembro de 1997, como a data para as delegações apresentarem seus comentários à Argentina, sobre os itens pendentes do Regulamento.

Com o objetivo de agilizar a aprovação do Regulamento, o Grupo informa ao CIH que, caso as Delegações não apresentem seus comentários e sugestões até a próxima reunião, que o texto da minuta atual seja considerado aprovado.

Foi apresentado pela Delegação Argentina, como Relatora, o texto relativo aos Capítulos I, II-1 e II-2 do SOLAS, já incorporando os comentários da Delegação Brasileira apresentados anteriormente. Analisado pelas Delegações, foram aprovados o Título I (Disposições Gerais) com algumas alterações e os Capítulos 1, 2 e 3 do Título II (Construção, Compartimentagem e Estabilidade, Instalações de Máquinas e Eletricidade), também com algumas alterações. Ficou estabelecido que as Delegações deverão enviar à Argentina seus



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones to the right.

comentários sobre os itens pendentes do Título II e os comentários sobre o Título III (Proteção e Medidas de Segurança contra Incêndios, Sistemas de Detecção e Extinção de Incêndios), até o dia 11 de agosto de 1997. A Delegação Argentina, por sua vez, apresentará até o dia 15 de setembro de 1997 o seu parecer sobre os comentários das demais delegações. A Delegação Argentina também se comprometeu a apresentar na próxima reunião os demais capítulos sobre a adequação do SOLAS.

Grupo decidiu adotar como metodologia de trabalho para as próximas reuniões o procedimento de não mais efetuar a leitura das minutas dos regulamentos durante as sessões, devendo cada delegado indicar os pontos para os quais considera necessário efetuar modificações ou a apresentação de esclarecimentos adicionais. Para tanto, é indispensável que cada delegado efetue a leitura prévia dos documentos, os quais deverão ser apresentados com a devida antecedência.

VIII. As Delegações da República da Argentina, República da Bolívia, República Federativa do Brasil, República do Paraguai e República Oriental do Uruguai, expressaram seu agradecimento a Secretaria Executiva e ao Estado do Mato Grosso pela acolhida e hospitalidade que dispensaram durante a realização da presente Reunião.

IX. A Reunião encerrou suas deliberações no dia 4 de julho de 1997, com aprovação do presente Informe.



REPÚBLICA ARGENTINA



REPÚBLICA DA BOLÍVIA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



REPÚBLICA DO PARAGUAI



REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

APÊNDICE I

LISTA DOS PARTICIPANTES

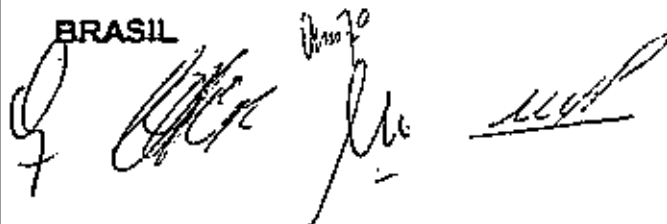
ARGENTINA

- Cap. Enrique OYHAMBURU
Chefe da Delegação do Grupo Técnico Argentino
- Dra. Beatriz Cristina MELENDEZ
Comisión de Coordinación Interjurisdiccional del
Programa Hidrovia Paraguai-Paraná
- S.P. Carlos Héctor FIGUEROA
Abogado - Prefectura Naval Argentina
- S.P. Juan Carlos CUBISINO
Engenheiro - Prefeitura Naval Argentina
- Eng. Jorge F. IRIARTE
Prefectura Naval Argentina
Prefecto Principal

BOLÍVIA

- C.N. Willy H. PEREZ S.
Director Planificación
Subsecretaria Naval
- Ing. LEONIDAS FERRUFINO CARRASCO
Asesor Subsecretaria Naval
- Lic. Hugo FERRUFINO MUNÓZ
Diretor de Integração
Ministério de Relações Exteriores
- Lic. German Silva Yañez
Direccion Marina Mercante
- Ing. Freddy ALCAZAR GONZALEZ
Diretor de Transportes por Água e Portos
Secretaria Nacional Mat. Transportes C. e Ac.
- Lic. Jorge Troche
Supervisor de Tributacion Interna
- Lic. Victor Hugo Lopez
Jefe Dpto. Política Aduanera y Arancelaria

BRASIL



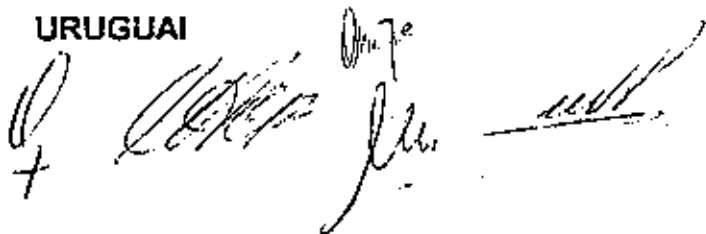
- C.F. Marcos ROZA de ABREU
Diretoria de Portos e Costas
Ministério da Marinha
- C.F. Francis FIXEL
Diretoria de Portos e Costas
Ministério da Marinha
- C.F. Adolfo BARROS da SILVA Junior
Capitão dos Portos dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul
- Dr. Alexandre José TRINAS de FREITAS
Diretoria de Portos e Costas
Ministério da Marinha
- C.F. Marcus PEREIRA DE SOUZA
Diretoria de Portos e Costas
Marinha do Brasil
- Dr. Evandro Pedro PINTO
Secretaria de Receita Federal
- Sr. Clovis Roque PERINI
Secretaria da Receita Federal
- Sr. João Alberto de AZEVEDO BEZERRA
Secretaria da Receita Federal
- Sr. Newton REPIZO de OLIVEIRA
Secretaria da Receita Federal

PARAGUAI

- C.N. Rubén Dário LEZCANO
Director - Dirección de la Marina Mercante
- Sr. Lucas Adolfo SOSA SALINAS
Chefe do Departamento Político e Plan
Direção Geral da Marinha Mercante
- C.N. Julian Paredes Morales
Prefectura Geral Naval

Arq. FERNANDO CABRAL
Diretor Planificación de Transporte/MOPC

URUGUAI



Dra. **Aceia Marina LEGAZCUE**
Encargada de Despacho - Dirección General de
Transporte Fluvial y Marítimo/MTOP

Ing. **Luis R. PERDOMO**
Asesor de la Dirección General de Transporte Fluvial
y Marítimo/MTOP

Cdor. **Ernesto RYCHTENBERG**
Asesor da Direção Geral de Transporte Fluvial e Marítimo/MTOP

C.F. **Juan Pablo AMBROSIO**
Prefeitura Nacional Naval

SECRETARIA EXECUTIVA

Sra. **Beatriz Alicia PEREZ**

P.M. **Eduardo Alberto OJEDA**

Ing. **Ricardo GOÑI**

Sra. **Stela Maris PEREZ**

Sra. **Mercedes Lia PEREZ**



ATA DO GRUPO TÉCNICO Nº 1

Na Cidade de Cuiabá/MT, República Federativa do Brasil, entre os dias 30 de junho à 2 de julho do corrente ano. O Grupo Técnico nº 1 se reuniu, para tratar dos seguintes pontos da agenda aprovada:

- 1- Regime Uniforme sobre Requisitos para Exercer a Praticagem; e
- 2- Considerações do Módulo A - Planos de Formação e Capacitação do Pessoal Embarcado

O Grupo de Representantes cuja configuração está relacionada no anexo I, desenvolveu suas tarefas sob a presidência do Sr. Capitão-de-Fragata Marcos Roza de Abreu, da Delegação do Brasil, assistido pela Secretaria Executiva.

Para efeito de desenvolvimento da agenda aprovada ficou acordado tratar primeiro o Ponto 2, iniciando-se o tratamento desse ponto tomando como base o "Estudo de Compatibilização dos Planos Nacionais de Formação e Capacitação do Pessoal Embarcado", solicitado à INTAL na XXª Reunião Ordinária da CIH.

Se tratou em primeira lugar os aspectos relacionados com o Módulo-A "Bases para Definição dos Planos de Formação e Capacitação do Pessoal Embarcado na Hidrovia".

Seção Primeira - Títulos e Certificados
Pessoal de Convés:

- a) Títulos e Certificados propostos: sem observações
- b) Requisitos Gerais: sem observações
- c) Requisitos Especiais: As Delegações concordaram que na oportunidade da próxima reunião dos Grupos Técnicos, sejam propostas alternativas que considerem as particularidades de navegação na hidrovia.

Passou-se em seguida a considerações do Módulo-B do estudo "Bases para a Instrumentação do Plano de Formação e Capacitação do Pessoal Embarcado na Hidrovia".



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.

Seção Primeira - Programas

1- Pessoal de Convés

- a) Marinheiro: sem observações
- b) Contra-Mestre: sem observações

Seção Segunda - Programas de Ensino

- a) Marinheiros: sem observação
- b) Contra-Mestre: sem observação

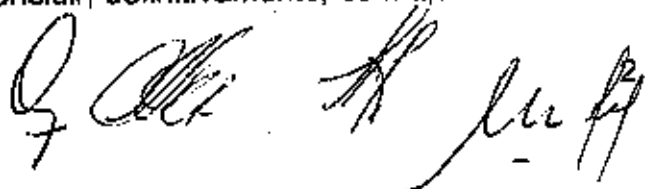
Se debateu seguidamente os aspectos relativos ao "Nível Máximo do Pessoal de Convés" - "Marinheiro", e "Contra-Mestre": sem definições.

As Delegações assumem o compromisso de continuar o tratamento destes pontos abordados e apresentarem propostas de solução dos pontos, na próxima reunião dos Grupos Técnicos, para aprovação dos mesmos pelos Grupos.

Iniciando o tratamento do Ponto-1 da Agenda, a Delegação do Brasil apresentou uma proposta do Processo de Avaliação para Capitães Fluviais, Pilotos Fluviais e Contra-Mestres, que aspiram a habilitação de Prático nas distintas zonas de praticagem e que figuram como Anexo II.

A respeito desta proposta a Argentina aderiu em sua totalidade. As demais Delegações manifestaram inicialmente estarem de acordo da primeira fase da proposta apresentada e de um programa de capacitação a bordo dos navios e embarcações durante as viagens. O Paraguai acordou que se estabeleça um Programa de Formação a ser desenvolvido pelos postulantes a bordo das embarcações durante suas viagens de prática, e que a avaliação se efetue no país do candidato a habilitação de Prático da Hidrovia. Com relação a 2ª Fase da Proposta apresentada pelo Brasil, as Delegações da Bolívia e do Uruguai se manifestaram que acompanharão o acordo a ser feito entre todas as Delegações.

As Delegações assumiram o compromisso de apresentarem uma proposta formal na próxima reunião dos Grupos Técnicos, a respeito do tema tratado a fim de concluir, definitivamente, com o tratamento dos pontos abordados nesta reunião.



As Delegações da República da Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai agradecem a Delegação da República Federativa do Brasil a sua hospitalidade e calorosa acolhida dispensada durante o desenvolvimento da presente reunião.


O Grupo Técnico I firmou suas deliberações no dia 2 de julho do corrente ano com a aprovação e assinatura da presente ata.


REPÚBLICA ARGENTINA


REPÚBLICA DA BOLÍVIA


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL


REPÚBLICA DO PARAGUAY


REPÚBLICA ORIENTAL DO
URUGUAY

ANEXO I

LISTA DE PARTICIPANTES DO GRUPO TÉCNICO N° 1

ARGENTINA


- Cap. Enrique OYHAMBURU
Comisión de Coordinación Interjurisdiccional del
Programa Hidrovia Paraguay-Paraná
- P.P. Néstor VEDOVATTI
Jefe de la División Navegación
Prefectura Naval Argentina
- Dra. Beatriz Cristina MELENDEZ
Comisión de Coordinación Interjurisdiccional del
Programa Hidrovia Paraguay-Paraná
- S.P. Carlos Héctor FIGUEROA
Abogado - Prefectura Naval Argentina

BOLÍVIA

- Eng° Leonidas Ferrufino
Assessor da Subsecretaria Naval e Interesses Marítimos
- C.N. Willy Peres
Director de Planificación
Sub Naval e Int. Marítimos

BRASIL

- C.F. MARCOS ROZA de Abreu
Diretoria de Portos e Costas
Ministério da Marinha
- C.F. FRANCIS Fixel
Diretoria de Portos e Costas
Ministério da Marinha
- C.F. ADOLFO Barros da Silva Júnior
Capitania dos Portos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul
Ministério da Marinha



PARAGUAY

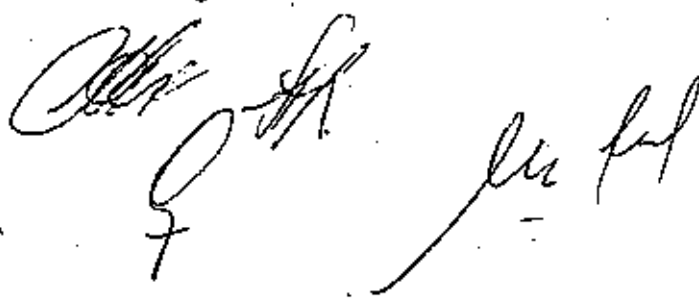
- C.N. Rubén Darío LEZCANO
Director - Dirección de la Marina Mercante
- C.N. Julian Paredes Morales
Prefectura General Naval
- C.N. Lucas Adolfo SOSA SALINAS
Jefe del Departamento de Política y Planificación
Dirección General de la Marina Mercante

URUGUAY

- Dra. Adela Marina LEGAZCUE
Encargada de Despacho - Dirección General de
Transporte Fluvial y Marítimo/MTOP
- Ing. Luis R. PERDOMO
Asesor de la Dirección General de Transporte Fluvial
y Marítimo/MTOP
- C.F. Juan Ambrosio
Prefectura Nacional Naval

SECRETARIA EJECUTIVA

- P.M. Edgardo Alberto OJEDA



ANEXO - II

PROPOSTA DE PROCESSO DE AVALIAÇÃO DOS CAPITÃES FLUVIAIS, PILOTOS FLUVIAIS E MESTRES FLUVIAIS PARA OBTER A HABILITAÇÃO NAS RESPECTIVAS ZONAS

Sugestão de Posição:

Observados os requisitos mínimos estabelecidos aprovados pelos CIH, os candidatos serão avaliados da seguinte forma:

A avaliação deverá ser realizada combinando-se duas fases, a saber:

1ª Fase:

Um número x de viagens em uma determinada Zona consensuado pelos países signatários. Este número de viagens deverá estar estabelecido em um anexo ao "Regime Uniforme sobre Requisitos para Exercer a Praticagem" e que poderá ser alterado quando necessário.

2ª Fase:

Avaliação prático/teórica a bordo da embarcação com a presença obrigatória do avaliador pertencente ao país cuja jurisdição pertence a zona a qual se avaliará o candidato a prático. Esta avaliação se realizará no país do citado avaliador e na presença de um representante da autoridade marítima do país do avaliado.

CONSIDERAÇÕES:

1ª Fase:

A autoridade responsável pela jurisdição de cada zona elaborará um programa de treinamento para os candidatos à habilitação.

Durante a fase das viagens o profissional habilitado e embarcado encaminhará ao final de cada viagem à autoridade marítima do país que pertence e a autoridade do país do candidato um relatório de cada candidato embarcado relatando as observações sobre o cumprimento do programa de treinamento que está sendo ministrado e comentários a respeito do desempenho dos candidatos.

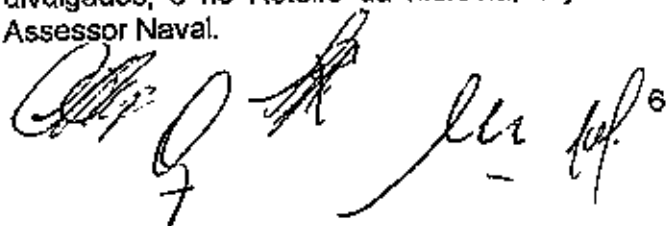
2ª Fase:

Após o cumprimento do número x de viagens, o candidato solicitará, das autoridades competentes e no caso do Brasil à Capitania dos Portos do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a marcação da prova de avaliação para a habilitação.

A autoridade competente analisará os relatórios apresentados sobre o respectivo candidato e não existindo nenhum óbice, marcará a avaliação junto à autoridade responsável pela zona em questão.

Esta fase de avaliação será primordialmente de caráter prático podendo se desenvolver ao longo de toda a zona ou parte dela podendo ainda serem efetuadas perguntas teóricas a respeito das diversas manobras e situações na referida zona.

Toda avaliação deverá estar baseada nos documentos aprovados para a hidrovia no âmbito do CIH, tais como Acordo, Protocolos e Regulamentos, em cartas e/ou croquis da área, oficialmente divulgados, e no Roteiro da hidrovia, cuja elaboração, encontra-se em andamento no Grupo Assessor Naval.



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones to the right, some with numbers like '7' and '6' below them.

ACTA DEL GRUPO TECNICO No. 2

INGENTIVOS FISCALES, SUBSIDIOS Y OTROS, OTORGADOS A LOS ARMADORES DE LA HIDROVIA

En la Ciudad de Cuiabá, República Federativa del Brasil, los días 30 de junio, 1º y 2 de julio de 1997, se reunió el Grupo Técnico No. 2, para tratar el tema "Incentivos Fiscales, Subsidios y Otros, otorgados a los Armadores".

1. El Grupo cuya conformación figura en el Agregado I, desarrolló sus tareas bajo la Presidencia del Dr. Evandro Pedro PINTO, de la Delegación de Brasil, actuando como relator el Lic. Jorge TROCHE, de la Delegación de Bolivia.

Inicialmente se procedió a la presentación personal de cada uno de los representantes de los Países Miembros, habiendo dado el representante del Brasil la bienvenida a los integrantes del Grupo Técnico N° 2.

El representante de la delegación del Brasil confirmó el interés de las autoridades brasileras en participar en las reuniones, ofreciendo su efectiva colaboración en trabajos de la Hidrovia Paraguay-Paraná (Puerto de Cáceres - Puerto de Nueva Palmira), y presentó excusas por la ausencia de representantes de su país en reuniones técnicas del presente Grupo, realizadas en las ciudades de Buenos Aires y Corrientes, de la República Argentina, en fechas 18 al 20 de diciembre de 1996 y 31 de marzo al 2 de abril de 1997, respectivamente.

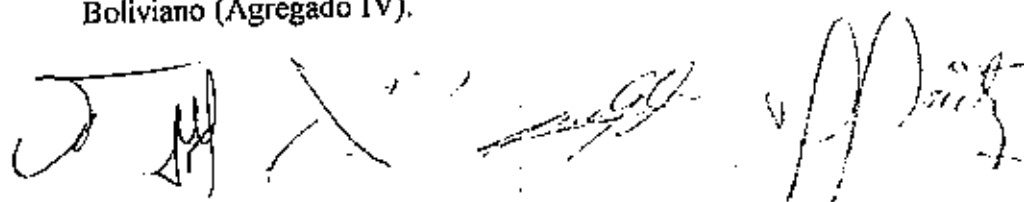
2. A continuación, el Grupo Técnico N° 2 procedió a desarrollar el plan de trabajo propuesto en el Acta de la reunión realizada en la ciudad de Corrientes - República Argentina:

2.1 Actualización del Cuadro sobre los Regímenes Tributarios.

- La representación del Brasil presentó las modificaciones introducidas al impuesto sobre la Renta de las Personas Jurídicas ocurridas en los tres últimos años para su incorporación al Agregado N° II del Acta, que resume el contenido de los sistemas tributarios de los 5 países que conforman el Comité Intergubernamental de la Hidrovia Paraguay-Paraná (Puerto de Cáceres - Puerto de Nueva Palmira).

En cumplimiento del Acta de la Reunión de Corrientes, la delegación de Bolivia elaboró una alternativa de cálculo de la incidencia tributaria global del Sistema Tributario vigente en su país, respecto a los ingresos y a los costos adoptados para la "Empresa Armador Tipo", la que será actualizada en función de los ajustes que, en oportunidad de la presente reunión, se introdujeron en la estructura de ingresos y costos de la "Empresa Armador Tipo".

Asimismo, presentó un Cuadro resumen general del Sistema Tributario Boliviano (Agregado IV).



2.2 Convenios para evitar la doble imposición - Tratamiento Tributario de Sucursales y Agencias.

- La delegación Argentina aportó copias de los convenios bilaterales vigentes entre ese país y Brasil, Bolivia y Uruguay para evitar la doble imposición en relación al ejercicio de la actividad de transporte internacional. Asimismo, adjuntó copia del convenio suscrito con Paraguay en la misma materia y resumen de los convenios mencionados.

Las representaciones de Argentina, Bolivia, Paraguay y Uruguay entregaron copias de la legislación tributaria vigente en sus países, en lo que se refiere al tratamiento impositivo a Sucursales y Agencias. Con referencia al Brasil, las Sucursales y Agencias tienen el mismo tratamiento impositivo que las empresas nacionales, a menos que haya un convenio para evitar la doble tributación.

La documentación referente a este tema se adjunta en el Agregado IV.

2.3 Empresa Armador Tipo.

Se adjunta al Acta presente un nuevo modelo "Empresa Armador Tipo" con las modificaciones acordadas en la presente reunión en lo relativo a los valores de cada concepto señalado.

Las delegaciones de los Países Miembros se comprometen a aportar valores relativos a otros conceptos de costos que inciden en las empresas en sus respectivos países, entre otros los siguientes:

- Vacaciones - Sueldo Adicional.
- Cargas Sociales.
- Seguro para la embarcación y accidentes de trabajo para la tripulación.
- Relevos de tripulación.
- Incidencia de la contratación de prácticos, como un servicio fuera de la relación de dependencia.

Respecto al compromiso asumido por los países en el Acta de Corrientes, en cuanto a adoptar los supuestos de la "Empresa Armador Tipo" a su propia realidad, las delegaciones de Argentina y Uruguay, manifestaron haber realizado dicha tarea.

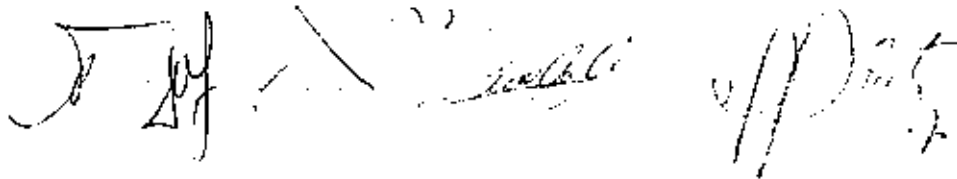
El modelo "Empresa Armador Tipo" se adjunta como Agregado III.

2.4 Régimen de la Contratación de Prácticos.

Las delegaciones de Argentina y Uruguay han elaborado el costo de contratación de dicho servicio. Ambas delegaciones manifiestan que dicha cifra será aportada en oportunidad de la presentación de los restantes datos señalados anteriormente.

La delegación del Paraguay proporcionó la legislación relativa al régimen salarial de la tripulación.

La delegación del Brasil informó que en su país no hay costo de practica en el tramo brasileño de la Hidrovía. Sin embargo, sugiere que el tratamiento del



tema sea hecho en forma conjunta con el Grupo Técnico N° 1, cuyo grupo tiene por objeto el de establecer un "Régimen Uniforme sobre Requisitos para Ejercer el Pilotaje y Plan de Formación y Capacitación de Personal Embarcado", tema este, que esta siendo tratado también en el referido Grupo Técnico N° 1.

2.5 Gastos de Servicios Portuarios.

La delegación de Argentina entregó copia de las normas legales relativas al uso de puertos y algunas de las tarifas que se cobran por este concepto.

La delegación de Uruguay proporcionó el Cuerpo Normativo Tarifario General de los Puertos de su país, conjuntamente con un resumen de la estructura tarifaria del Puerto de Nueva Palmira.

La delegación del Brasil entregó el régimen tarifario vigente en los puertos públicos ubicados en su tramo de la Hidrovía Paraguay-Paraná.

Las delegaciones de Bolivia y Paraguay se comprometen a presentar la información que exista respecto a servicios portuarios y las respectivas tarifas.

La documentación referente a este tema se adjunta en el Agregado IV.

2.6 Seguros Obligatorios.

La delegación de Argentina proporcionará la cuantificación del costo del seguro ya elaborado, en ocasión en la que los demás países presenten dicha información de conformidad con lo dispuesto en el numeral 2.3, aportando en esta oportunidad la Ley N° 24557 sobre Riesgos de Trabajo.

La delegación del Uruguay aporta copia de la Ley de Seguros de Accidentes de Trabajo y Enfermedades Profesionales (Ley N° 16074 del 10/10/89) y de la Ley de Abanderamiento (Ley N° 16387 del 27/06/93 y su Decreto Reglamentario N° 426 del 20/09/94 en sus Artículos 7, literal f) y Artículo 13, literal c).

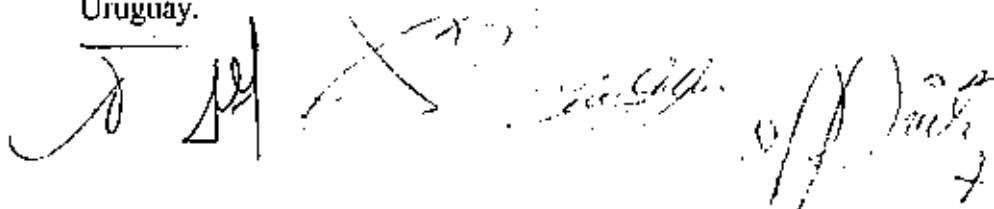
Las delegaciones de Bolivia, Brasil y Paraguay aportarán la respectiva información juntamente con los demás datos referidos en el numeral 2.3.

3. Se adjuntan al presente Acta los siguientes Agregados:

- I. Lista de Participantes.
- II. Cuadro del Régimen Tributario Aplicable a Empresas Armadoras constituidas y registradas en los Países que conforman la Hidrovía Paraguay-Paraná (Puerto de Cáceres - Puerto de Nueva Palmira), actualizado al 2 de julio de 1997.
- III. Modelo Teórico "Empresa Armador Tipo".
- IV. Resumen general del Sistema Tributario Boliviano y copia de la normativa de Brasil que modificó la legislación referente al impuesto a la renta de las personas jurídicas.

Convenios Bilaterales entre la República Argentina y la República Federativa del Brasil, la República Oriental del Uruguay y la República de Bolivia y Proyecto firmado con Paraguay para evitar la doble imposición en relación al ejercicio de la actividad transporte internacional.

Copias de la legislación tributaria vigente en los países de Argentina, Bolivia, Paraguay y Uruguay, referente al tratamiento impositivo a Sucursales y Agencias, Servicios Portuarios y Seguros Obligatorios vigentes en Argentina y Uruguay.



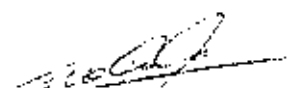
Legislación laboral relativa al régimen salarial de Paraguay.
Normativa referente a tarifas portuarias de Argentina, Brasil y Uruguay.

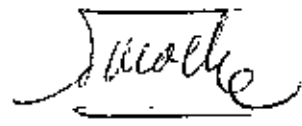
4. En conclusión, el Grupo Técnico establece como plan de trabajo tentativo para la próxima reunión, los siguientes temas:
- a) Actualización del Agregado II a la fecha de la reunión.
 - b) Análisis de la incidencia tributaria elaborada por cada Delegación con referencia a la "Empresa Armador Tipo".
 - c) Análisis de la información que deberán aportar las Delegaciones sobre los conceptos citados en el numeral 2.3
 - d) Tratamiento de los gastos en puerto a cargo de la empresa armadora.

El Grupo reitera la necesidad de que el mismo se integre en lo sucesivo con los mismos funcionarios técnicos intervinientes en esta reunión, a los efectos de mantener agilidad, uniformidad y coherencia en la elaboración del trabajo.

Las delegaciones de la República Argentina, Bolivia, Paraguay y Uruguay agradecen a la delegación de la República Federativa del Brasil, por su hospitalidad y cálida acogida dispensada durante el desarrollo de la presente reunión.

El Grupo Técnico No. 2 clausuró sus deliberaciones el día 2 de julio del cte. año con la aprobación del presente Acta.


REPUBLICA ARGENTINA


REPUBLICA DE BOLIVIA


REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL


REPUBLICA DEL PARAGUAY


REPUBLICA ORIENTAL
DEL URUGUAY

AGREGADO I

AGREGADO I

**LISTA DE PARTICIPANTES
GRUPO TECNICO N° 2**

ARGENTINA

- Cdra.** Ana María MACHUCA
Asesora - Dirección Nacional de Impuestos
Subsecretaría de Política Tributaria
- Sra.** Rita C. BLANCO
Directora de Relaciones Tributarias
Internacionales - Dirección Nacional de Impuestos
Subsecretaría de Política Tributaria

BOLIVIA

- Lic.** Jorge W. TROCHE T.
Supervisor de Tributación Interna
Ministerio de Hacienda
- Lic.** Victor Hugo LOPEZ C.
Jefe del Departamento de Política Aduanera y Arancelaria
Dirección de Tributación Aduanera
Ministerio de Hacienda
- Ing.** Hugo FERRUFINO M.
Director de Integración
Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto

BRASIL

- Dr.** Evandro Pedro PINTO
Secretaria de Receita Federal
- Sr.** Clovis Roque PERINI
Secretaria da Receita Federal
- Sr.** João Alberto de AZEVEDO BEZERRA
Secretaria da Receita Federal
- Sr.** Newton REPIZO de OLIVEIRA
Secretaria da Receita Federal

PARAGUAY

Dr.

Mario A CACERES
Subsecretaria de Tributación
Ministerio de Hacienda

URUGUAY

Cdor.

J. Ernesto RYCHTENBERG
Asesor Dirección de Transporte Fluvial y Marítimo
Ministerio de Transporte y Obras Públicas